

Roriz regulamenta instituto que conduzirá política urbana no DF

21 JUL 1993

CORREIO BRAZILENSE

O governador Joaquim Roriz sancionou ontem a Lei nº 791/93, que regulamentou o Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (IPDF) e empossou na presidência do órgão a secretária-adjunta de Obras, Ivelise Maria Longhi. O Instituto absorve a estrutura e pessoal dos antigos departamentos de Urbanismo e Arquitetura da Secretaria e será responsável pela condução da política de ordenamento e ocupação territorial no DF.

A solenidade de posse, no Salão Nobre do Palácio do Buriti, contou com a presença da primeira-dama, Weslian Roriz, do secretário de Obras, José Roberto Arruda, além de outros secretários, parlamentares e técnicos do governo do Distrito Federal. Segundo Joaquim Roriz, a criação do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano representa a certeza de preservação da Capital Federal e da cidadania daqueles que a habitam. Ele lembrou que Brasília não é infinita e que o seu crescimento tem um plano diretor a obedecer e o IPDF será o responsável pela garantia deste cumprimento.

Com o novo instituto, o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF aprovado pela Câmara Legislativa será cuidadosamente conduzido de forma a assegurar que os projetos originais de cada área não sejam alterados. Que Brasília não se transforme numa cidade de chaminés ou que as invasões voltem a surgir no Plano Piloto e nas cidades-satélites.

"Será o instituto da preservação", enfatizou Roriz.

Sonho — De acordo com a diretora-presidente do IPDF, Ivelise Longhi, que há 12 anos entrou no Departamento de Urbanismo da Secretaria de Obras - recém-formada, Brasília é um laboratório vivo de planejamento urbano e tem cumprido o seu papel de Capital Federal e de polo irradiador de desenvolvimento. Disse que o IPDF é o elo que faltava na estrutura do GDF para a discussão e condução do planejamento urbano da cidade. "A realização de um sonho, não

só meu, mas de muitos que amam Brasília", disse a secretária-adjunta de Obras ao assumir o cargo.

Ivelise lembrou o sonho de Dom Bosco e a concretização da cidade com Juscelino Kubitschek e ressaltou que a consolidação de Brasília começou no dia 1º de janeiro de 1991, quando Joaquim Roriz assumiu o GDF. Falou da instalação da Câmara Legislativa e da sanção do PDOT, um dos grandes instrumentos de reversão de qualquer desorganização espacial do Distrito Federal.

Anexo abrigará o novo órgão

O IPDF funcionará na própria Secretaria de Obras, no Anexo do Buriti, 12º andar. Outros profissionais das áreas de engenharia, arquitetura, urbanismo, geografia, sociologia e demografia se juntarão aos funcionários oriundos dos departamentos extintos, para a formação de equipes multidisciplinares. Durante a solenidade de regulamentação do órgão e de posse da diretora-presidente Ivelise Longhi, o governador Joaquim Roriz garantiu a construção de uma sede que irá contribuir para a consolidação do Instituto.

Ao lado da Secretaria de Obras e do Conselho Consultivo

de Planejamento (Conplan) e dos conselhos locais, o IPDF comporá o novo Sistema de Planejamento Territorial e Urbano da cidade, criado pelo PDOT. Este Sistema será integrado por representantes da comunidade, o que garantirá a democratização do planejamento e a participação do povo nas decisões.

Agilidade — O IPDF dará agilidade aos demais órgãos do governo do Distrito Federal no que se refere ao cumprimento do plano diretor de Brasília. O Zoneamento Ambiental de todo o DF, por exemplo, uma das exigências do PDOT e que será um instrumento importante para o planejamento urbano ainda não foi feito. O IPDF irá valiar ainda como providenciar outros documentos complementares ao Plano Diretor, como os planos diretores de água e esgotos e o de transportes do DF.